

Resenha de: FURTADO, Celso. **Diários Intermitentes (1937-2002)**. Organização, apresentação e notas de Rosa Freire d'Aguiar. São Paulo: Companhia das Letras, 2019, 446p.

Roberto Pereira Silva¹

Antecedendo a comemoração do centenário de nascimento de Celso Furtado, celebrado em 26 de junho de 2020, o leitor conta, a partir de agora, com uma nova porta de entrada para o pensamento do mais importante economista brasileiro. Sob o título de *Diários Intermitentes (1937-2002)*, seus escritos pessoais acabam de ser publicados em belíssima edição repleta de imagens e com a cuidadosa organização de Rosa Freire d'Aguiar, que também assina a apresentação e as inúmeras notas ao texto. Presidente do Centro Internacional Celso Furtado e curadora de sua obra, Rosa vem publicando textos inéditos do autor e reedições de alguns de seus mais importantes livros desde 2008, quando lançou a coleção *Arquivos Celso Furtado*. Esse novo livro conta, ainda, com uma erudita introdução de João Antônio de Paula, situando os diários no território da literatura pessoal – o que engloba, também, textos memorialísticos e correspondência – e delineando a tradição dessa forma de escrita no Brasil, de Joaquim Nabuco a Pedro Nava.

Trata-se de uma publicação especialíssima, pois traz os escritos íntimos de Furtado, ou seja, aquilo que escreveu para si, sem a preocupação de ser lido por outros ou de perseguir o rigor metodológico que caracteriza seus outros escritos. Isso nos permite, hoje, acompanhar, em páginas sinceras, os dilemas, projetos, preocupações e angústias desse grande intelectual, fartamente conhecido por sua obra e sua atuação pública. Ele iniciou a prática de escrita dos diários exatamente no aniversário de 17 anos e prosseguiu, de forma *intermitente*, como indica o próprio título, até os 82 anos, dois antes de seu falecimento, em 2004. No conjunto do livro encontramos períodos de escrita intensa como, por exemplo, aquele que passou em Paris enquanto escrevia sua tese de doutorado; os primeiros anos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene); e, sobretudo, os anos de redemocratização, momento em que foi, também, Ministro da Cultura. Somente esse intervalo entre 1984 e 1988 cobre mais de um terço do livro, demonstrando uma atividade movimentada que discutiremos mais adiante.

Esses diários não foram a única forma de escrita de si deixados por Celso Furtado. Os textos memorialísticos ganharam espaço em sua obra à medida que ficava claro para ele (e para nós) que sua trajetória individual confundia-se com os grandes movimentos da história brasileira, da formulação mundial da reflexão sobre o

¹ Doutor em História Econômica pela Universidade de São Paulo (USP) e professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG). É autor de 'O jovem Celso Furtado. História, política e economia', publicado pela EDUSC.

desenvolvimento econômico e do protagonismo político e militante que exerceu, no Brasil, ou fora dele. Esses textos memorialísticos vão desde o artigo *Aventuras de um economista Brasileiro* (1973), passando pelos três livros de memória, *A Fantasia Organizada* (1985), *A Fantasia Desfeita* (1989) e *Os ares do mundo* (1991) e outros textos que integram títulos como *O Capitalismo Global* (1998) e *Brasil, a construção interrompida* (1992). Esse amplo espectro de escritos memorialísticos nos incitaria a questionar a novidade trazida por esses diários. Não seriam anotações ou esboços de textos que foram depois retrabalhados nos livros acima? Não é este o caso, por dois motivos. O primeiro, é que os diários iluminam momentos pouco discutidos em suas memórias. Nesses escritos são escassas as referências à sua adolescência, ao período ginasial, ao trabalho no Rio de Janeiro enquanto cursava Direito, aos anos em que serviu na Força Expedicionária Brasileira e, depois, a sua estada como estudante de doutorado em Paris. O mesmo se pode dizer das décadas de 1980 em diante, não cobertas por esses trabalhos. Assim, encontramos nesses *Diários Intermitentes* material para reconstituir etapas importantes de sua formação intelectual e de sua atuação política. Por outro lado, períodos amplamente reconstituídos em sua autobiografia, como os anos da Cepal descritos em *A Fantasia Organizada* (1985) ou o período de exílio recontado em *Os ares do mundo* (1991) ocupam pouco espaço no livro. Ou seja, ao invés de sobrepor-se, os *Diários Intermitentes* complementam, expandem e acrescentam elementos às obras já existentes. Um segundo aspecto diferenciador dessa publicação, como bem notou João Antônio de Paula, é que as notas diárias que foi deixando em diversos cadernos ao longo da vida apreendem a incerteza do presente, do futuro; escritas no calor da hora, registram pensamentos, angústias, diálogos internos e reflexões sobre sua vida; somente nos anos finais, em especial na fase de redemocratização, o diário ganha aspectos de crônica dos eventos políticos, dos quais Furtado é protagonista importantíssimo.

Traçado o lugar que o livro ocupa no conjunto da obra, cabe-nos uma imersão em alguns aspectos particulares, a fim de indicar possibilidades de abordagem dessa nova publicação. Um eixo de análise, dentre outros, aberto pelos *Diários intermitentes* é captar a imbricação política da atuação do economista. Ora, hoje sabemos que a própria formação da disciplina e os canais de atuação dos economistas no Brasil e na América Latina estão ligados à modernização do Estado e às demandas por ele criadas para intervir na realidade econômica. Surge daí o delicado equilíbrio entre a defesa de princípios ou proposições teóricas, de um lado, e o contrapeso das condições políticas e sociais para implantação da política econômica que está no cerne da atuação dos economistas no Brasil. Muitos deles, contudo, não reconhecem essa dicotomia e refugiam-se em argumentos técnicos, muitas vezes relegando o custo social e econômico das medidas propostas à responsabilidade dos políticos.

Celso Furtado, ao contrário, revela nesses diários uma rara clarividência dessa dualidade e, ao invés de renegá-la, coloca-a no centro de sua atuação, consciente de que as condições políticas e a pressão social são fatores de primeira ordem em qualquer tentativa de modificar a economia de um país. Essa consciência, é preciso dizer, Celso Furtado não a adquiriu na política, ela decorre de sua visão, desenvolvida desde muito cedo, segundo a qual a Economia é uma Ciência Social que responde aos problemas e às demandas da sociedade.

Na impossibilidade de discutir a integralidade desses diários, destacaremos dois momentos de sua trajetória em que podemos perceber como a consciência do papel político do economista foi fundamental para sua atuação e intervenção: os anos em que dirigiu a Sudene (1959-1964) e o intervalo entre 1985 e 1988, período da redemocratização, da Assembleia Constituinte e da atuação como Ministro da Cultura.

Celso Furtado e a Sudene

Em 1959, Celso Furtado, com o apoio de Juscelino Kubitschek, lançou um grande programa para o desenvolvimento do Nordeste, com o objetivo de transformar a região.² Para isso, teria que vencer dois grandes pilares de resistência política. O primeiro deles, os grandes proprietários de terras, beneficiários seculares dos recursos vindos do governo federal para aliviar a situação da população nordestina, sobretudo durante os períodos de seca; em segundo lugar, a classe política nordestina, detentora do poder local e estadual, mas também com elevada representação política no congresso nacional.

Celso Furtado estava consciente de que, a despeito do caráter técnico exemplar da programação da Sudene, a resistência política não seria vencida por argumentos racionais, mas por forças extraeconômicas como: a conscientização da opinião pública, tanto no Nordeste quanto no Sul do país; a costura de apoio político no legislativo; a administração do uso político que poderia ser feito da política de desenvolvimento no Nordeste. Os diários explicitam essas movimentações, dando-nos a dimensão do trabalho e da percepção que Celso Furtado tinha dos problemas que estava enfrentando.

Por exemplo, ao refletir sobre o uso eleitoral e as disputas políticas que a Sudene poderia ocasionar, Furtado redige um manifesto pedindo para que os governadores do Nordeste se declarem “unidos em torno da solução do problema

² Em linhas gerais, a Operação Nordeste propunha reorientar a atividade econômica na região nordestina de forma que ela pudesse “conviver com a seca”. Sob o ponto de vista econômico, implicava: um polo de industrialização, sobretudo têxtil nos grandes centros urbanos; a intensificação da agricultura de alimentos na faixa úmida nordestina; o desenvolvimento de culturas resistentes à seca na região semiáridas e, finalmente, um amplo programa de migração, para as terras pouco ocupadas do maranhão, para desafogar as regiões mais populosas que pressionavam o setor de alimentos.

nordestino [...] acima das divisões partidárias" (p. 171). Mais adiante, em 27 de julho de 1959, anota: "A ideia está vingando. Cada dia mais me convenço de que essa ideia deverá ser levada efetivamente a sério. Não podemos abrir o jogo a favor de nenhum candidato" (p. 174). Ou seja, o sucesso da Operação Nordeste dependia, justamente, de evitar uma politização da questão. Para contrapor-se às oposições políticas, a saída seria colocar largos setores da opinião pública a seu lado. Em 1 de outubro de 1959, escreve: "eu consegui três vitórias colaterais: a) apoio da imprensa carioca [...]; b) apoio dos militares [...]; c) neutralidade do clero..." (p. 180). Esse apoio ampliou-se cada vez mais de forma que, meses depois, refletindo sobre a demora do presidente em anunciar seu nome como superintendente, escreveu: "o movimento de opinião pública a meu favor se avolumou de tal forma, que seria preciso outro que não JK para não nomear-me" (p. 188). Sabendo, portanto, que somente um amplo apoio social lhe garantiria os meios para transformar a região, a classe política também foi enredada e captada pela Operação Nordeste. O sucesso dessa linha de atuação está em que, uma vez que a população estava convencida da importância da Sudene, os coronéis e políticos tradicionais nordestinos não poderiam mais opor-se a ela sem comprometer-se diante de suas bases eleitorais.

Por outro lado, se a estratégia garantiu a existência da Sudene, o sucesso teve um grande custo pessoal. Furtado anota a campanha de difamação que surgiu, inclusive a divulgação de uma ficha policial, alimentada ao longo dos anos por diversos órgãos do governo, tratando-o de comunista. A intriga revela a preocupação das elites nordestinas com a nova situação. Pois, não podendo ir contra a Sudene – e vendo que não teriam mais controle dos recursos enviados pelo Governo Federal – voltaram a carga contra o superintendente, como uma forma de garantir a volta do *status quo*.

Furtado comandou o órgão enquanto durou a democracia. Após o golpe civil-militar de primeiro de abril de 1964, ele perde os direitos políticos e parte para um longo exílio. Como espécie de encerramento dessa fase de sua vida, ele anotou em abril de 1964: "foi decretada intervenção militar na Sudene, por iniciativa do comandante do 4º Exército..." (p. 218).

Nesses anos, como dissemos, a atuação política foi intensa, sem estar deslocada da reflexão teórica. O exílio, por sua vez, foi vivenciado por Celso Furtado como uma década de reformulação de suas interpretações, buscando captar as transformações no Brasil, na América Latina e no capitalismo global. Nesse período, os diários deixam de registrar a intensa atividade política e assumem um tom introspectivo.

A atuação partidária de Celso Furtado

A preocupação com o país, contudo, não o abandona e, a partir da Anistia em 1979, começa a alternar temporadas na França e no Brasil. A abertura política e a possibilidade de um retorno à democracia mobilizarão novamente as energias de Celso Furtado; entretanto, agora sua atuação será, também, partidária, colaborando com o PMDB de Ulysses Guimarães, Tancredo Neves e, depois da morte desse, também como Ministro da Cultura de José Sarney.

Nessa fase, a constância com que anotou em seus diários indica uma mudança em seu uso e, igualmente, na própria consciência de si que Celso Furtado adquire. Abandonando o tom reflexivo dos anos de exílio, os registros são feitos em intervalos menores, documentando o dia a dia dos anos de redemocratização. Após os anos de Cepal, Sudene e Plano Trienal, do longo exílio na França, Celso Furtado retorna ao redemoinho dos acontecimentos ciente de que sua participação no momento político é decisiva. Sua vida entrelaça-se à do país como nunca antes. Eis porque, as anotações do diário intensificam-se e perdem a intermitência: ao escrever sobre si, escreve sobre o país.

Celso Furtado, ao filiar-se pela primeira vez a um partido político, preocupa-se com que o PMDB tenha um programa econômico, “uma plataforma coerente” (p. 282) que ataque os problemas vividos pelo país. Um programa, portanto, indicando “que a política econômica vai ser profundamente modificada e com seriedade. Temos que dar as costas à recessão e temos que combater a inflação com apoio da sociedade, com base em algo como um pacto social” (p. 288). O programa, contudo, estava embaralhado pelo próprio jogo partidário, sendo muito difícil encontrar uma linha unificada dentro da legenda. Vendo essas disputas pelo direcionamento do partido, que passou a aglutinar diversas ideias e interesses, Celso Furtado foi percebendo seu papel: “meu único trunfo é o nome nacional que tenho, a confiança que inspiro a muita gente como alguém que reúne competência e honestidade e não está ligado a grandes interesses econômicos [...] Sou um nome, que em certas circunstâncias pode ter um grande valor” (p. 293).

A percepção de que seu papel não estava em ocupar postos, mas em dar legitimidade política e unidade à sigla é acompanhada consciência de que há um objetivo maior que não pode ser abandonado: assegurar a transição para a democracia. Posição, contudo, que não deixa de ser incômoda. Assim, quando, a despeito do desinteresse que demonstra em receber cargos políticos, surgem as primeiras sondagens para que ele assuma uma embaixada na ONU para tratar de assuntos econômicos, suas reações são ambíguas. Em um primeiro momento, pensa: “seria uma tentativa de afastar-me do primeiro plano e mesmo de neutralizar-me

como um crítico em potencial? [...] Ou seria uma compensação, um prêmio de consolação, que me oferecia o partido, por serviços prestados? (p. 311).

Ou seja, Furtado percebe que o programa econômico do partido está se distanciando do que desejaria, e sua posição se torna, digamos, perigosa, pois uma crítica sua, dada sua legitimidade econômica, colocaria em risco o projeto de governo do PMDB. Daí o questionamento sobre as intenções de nomeá-lo para um cargo em Bruxelas. Mas, afinal, assimila a situação e prossegue: “o importante é que já sei que não terei nenhum cargo de responsabilidade no novo governo. O pesadelo de participar de uma equipe heterogênea, devendo fazer concessões a todo momento para evitar crise, desaparece. O susto de ter de voltar ao NE para um contrafação de minha saga de um quarto de século atrás desaparece. Ganhei alguns graus de liberdade. Convém continuar pensando sobre isso” (p. 312).

Essas anotações são importantes pois marcam a confirmação, que vai fazendo para si mesmo, de que sua participação ficará restrita aos bastidores da política:

pode-se dar por certo que estou excluído da equipe que vai comandar a política econômico-financeira. Mas devo partir do princípio de que não vou assumir uma posição crítica, mesmo que a política seguida não seja muito diferente da atual. Em primeiro lugar está o compromisso com a redemocratização, e esta depende de que o governo Tancredo não se gaste demasiadamente rápido. É preciso que o PMDB sobreviva para a Constituinte. Aceitando ou não um posto, meu comportamento terá de pautar-se por esse princípio. Negar apoio explícito pode ser necessário, mas em nenhum caso se justifica criticar, pelo menos numa primeira fase. Desse ponto de vista, estar no Brasil ou fora não faz muita diferença (p. 314).

Essa longa nota, feita em 1 de fevereiro de 1985, antes da nomeação do ministro da fazenda do novo presidente, demonstra que o compromisso de Celso Furtado estava acima de seus interesses pessoais, ou mesmo de sua visão sobre política econômica. O essencial, entretanto, foi ter mantido suas convicções em termos de política econômica nos bastidores, garantindo a transição democrática, sem abrir mão de seus princípios. É isso que ele deixa claro, ao fazer um balanço dos três últimos anos de luta política, em 1985: “durante esse período eu passei a falar como um dos mentores de um grande movimento político, na verdade a voz mais ouvida desse movimento no que respeita ao que parecia mais sensível, a política econômico-financeira. A mágica estava em que eu podia exercer esse papel guardando a seriedade de um renomado estudioso ‘objetivo’ da economia brasileira (p. 320).

Novamente, ao contrapor sua proposta de retomada da economia com a do partido, escreve, em 18 de fevereiro de 1985; “se se tratasse apenas de política econômico-financeira, eu poderia tomar uma posição crítica desde agora, bastando para isso renunciar ao diretório nacional do partido. Mas o que está em jogo é o

processo de democratização, é consolidar a transição, fechar as portas ao militarismo. Portanto tenho que ficar calado, pelo menos durante algum tempo. Se me ausento do país, as coisas serão mais fáceis" (p. 320-321).

A vontade de deixar o partido, contudo, será adiada, assim como as perspectivas de se afastar da política nacional. Ora, três meses depois, Celso Furtado assume o recém criado Ministério da Cultura. E mesmo isso não o distanciou dos assuntos econômicos. Vivia-se, em 1986 e 1987 a conturbada fase dos Planos Cruzados I e II e, em seguida, do Plano Bresser, todos eles dependentes do humor dos credores internacionais e do FMI, levando a negociações e renegociações que afetavam as chances de crescimento da economia. Vemos nos diários as conversas de Celso Furtado com as equipes econômicas. Em todas elas, a mesma linha geral: apoiar os ministros da fazenda e suas propostas, tendo em mente que qualquer crítica poderia piorar situação.

Enquanto isso, no terreno político, as divisões dentro do PMDB acentuavam-se cada vez mais, comprometendo o andamento da Constituinte. O papel de Furtado passa a ser o de garantir a unidade do partido. Em 28 de janeiro de 1988, escreve: "meu propósito é não me afastar da luta pela unidade do partido enquanto não saia a nova Constituição. [...] Superada essa fase, não há sentido em permanecer no governo. Recuperando minha independência, poderei dar melhor contribuição, exercendo a atividade de intelectual independente que me coube antes" (p. 360).

É por esse motivo que Celso Furtado espera até julho de 1988 para deixar o Ministério da Cultura e a política partidária. Terá testemunhado, nesse ínterim, não apenas a conclusão dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte e a escolha do regime presidencialista, mas também a transformação do PMDB, do partido da resistência à ditadura e da campanha pela redemocratização, no partido da fisiologia, onde todos os interesses cabem. Outros dois ministros se demitiram no mesmo momento³, após Sarney "atacar a constituinte porque avançava no plano social" (p. 403). Na conversa em que as saídas foram definidas, em 26 de junho de 1988, Furtado justificava-se: "estava em frontal desacordo com a política econômico-financeira do governo, mas que me havia calado, ou permanecido no governo, porque o essencial era concluir o trabalho da Constituinte. Agora, me parecia que defendíamos a Constituinte saindo do governo" (p. 403).

A saída do governo e do partido não significou o abandono das preocupações com o Brasil. Celso Furtado retomou sua posição de "intelectual", refletindo sobre o país pelo qual lutara durante a Segunda Guerra mundial, que ajudara a colocar no rumo da industrialização e do desenvolvimento econômico; pelo qual travou uma luta no Nordeste, sua região de origem; o mesmo país que o

³ O Ministro Renato Archer, da Previdência e Luiz Henrique da Silveira, da Ciência e Tecnologia

empurrara para o exílio em 1964 e ao qual voltara para pôr fim ao governo autoritário e lutar pela democracia que, foi percebendo, não conseguiria consolidar e ampliar os direitos sociais, culturais e a inclusão do povo nas decisões de poder. Sem perder, contudo, o fôlego interpretativo, deixou uma vasta obra intelectual e moral.